



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**ENTRE A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES E A ARQUITETURA
FABRIL: REFLEXÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL DE CONTAGEM-MG***

Adebal de Andrade Júnior**

Carolina Dellamore***

O tema do patrimônio industrial tornou-se nas últimas décadas objeto de importantes debates. Tiveram início na Europa, mais especificamente na Grã-Bretanha, em meados da década de 1950, sob o nome “arqueologia industrial”. O impacto da destruição dos sítios e monumentos industriais em função da II Guerra Mundial, tendo em vista que as fábricas foram alvos estratégicos, propiciou um contexto favorável para que fossem realizadas as primeiras ações de levantamento e preservação do patrimônio industrial (MENEGUELLO, 2012).

Um marco importante de ampliação da discussão sobre a proteção do patrimônio industrial foi o surgimento do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), em 1978. O TICCIH é um organismo mundial, cujo objetivo é promover a cooperação internacional para preservação, conservação,

* Agradecemos os comentários e as sugestões feitas pelos coordenadores e participantes do Simpósio Temático “Patrimônio Cultural e Memória Social” que enriqueceram esse texto.

** Doutorando em Antropologia pelo IFCS-UFRJ, bolsista CAPES. Mestre em Ciências Sociais pela PUC-Minas e graduado em História pela PUC-Minas. Email: adebaldeandrade@gmail.com.

*** Doutoranda em História pela UFMG, bolsista FAPEMIG. Mestre em Memória Social pela UNIRIO e graduada em História pela PUC-Minas. Email: carolinadellamore@yahoo.com.br.

investigação, interpretação e desenvolvimento da educação relativa ao patrimônio industrial¹. Reconhecido pelo *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), o TICCIH e seus membros têm participado como assessores especiais em estudos sobre o patrimônio industrial e na análise das candidaturas à lista de patrimônio mundial da *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). Em 2003, o TICCIH apresentou e aprovou em sua Assembleia realizada em Moscou a Carta Patrimonial para o patrimônio industrial, conhecida como Carta de *Nizhny Tagil*².

Essa Carta define o patrimônio industrial como os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Englobando edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas. E ainda os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

Um ponto interessante da Carta é que ela, além de pensar a preservação do aspecto material do patrimônio industrial ressalta a relevância e a necessidade de salvaguardar o âmbito imaterial desse patrimônio, os registros intangíveis da memória de homens e mulheres, suas tradições e saberes. Nesse sentido, quando pensamos no patrimônio industrial e ao analisar o caso brasileiro, como chama atenção Leonardo Mello e Silva (2006), mais do que pensar em prédios velhos, deteriorados pelo tempo, máquinas ultrapassadas e sem valor comercial, é possível estabelecer uma conexão entre o tipo de industrialização e o modo de vida da classe trabalhadora, sua memória e seus saberes.

Em 2004, foi criado o Comitê Brasileiro para a preservação do patrimônio industrial. Esse Comitê é filiado e reconhecido pelo TICCIH, congregando profissionais e pesquisadores de várias áreas do conhecimento e instituições. Seu principal objetivo é pesquisar, mapear, inventariar, divulgar e proteger os bens materiais e imateriais do patrimônio industrial brasileiro³. A partir do final da década de 1970 importantes pesquisas acadêmicas foram realizadas, contribuindo para a ampliação da discussão sobre o tema e possibilitando o conhecimento do patrimônio industrial brasileiro.

¹ Informações pesquisadas em: <http://ticcih.org/>.

² Para ler a Carta de *Nizhny Tagil* para o patrimônio industrial na íntegra: <http://ticcih.org/about/charter/>.

³ Informações pesquisadas em: <http://www.patrimonioindustrial.org.br/index.php>.

Em relação às ações de preservação empreendidas pelos órgãos oficiais brasileiros, alguns autores consideram como pioneiro o tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em São Paulo como patrimônio nacional, em 1964⁴. Desde então outros exemplos podem ser destacados. Entretanto, Cristina Meneguello (2013) considera que os exemplares tombados em nível federal ainda são poucos e que nos níveis estadual e municipal, tanto seus conselhos de patrimônio quanto os órgãos de proteção, tem caminhado a passos lentos em relação ao reconhecimento e à preservação desse tipo de referência cultural.

Em Contagem-MG, município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que nos anos de 1940 recebeu em seu território a Cidade Industrial Juventino Dias, área planejada para abrigar indústrias de grande porte, uma ação de preservação do patrimônio industrial foi o tombamento municipal de quatro chaminés e do prédio administrativo da antiga Companhia Cimento *Portland* Itaú no final da década de 1990. A ameaça de demolição das instalações da antiga fábrica fez com que o poder público local iniciasse o inventário da estrutura para fins de tombamento e, assim, desencadeasse disputas e conflitos entre empreendedores, que visavam a área para a construção de um complexo comercial, os técnicos do patrimônio e o Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (COMPAC).

Portanto, nossa análise refere-se ao processo de tombamento das chaminés e do prédio administrativo da antiga Companhia Cimento *Portland* Itaú, localizada na Cidade Industrial, em Contagem-MG. Para esse estudo, partimos do entendimento de que a preservação do patrimônio industrial pressupõe o conhecimento tanto da dimensão material do patrimônio, presente na arquitetura fabril, nos maquinários e nas chaminés, quanto do seu aspecto imaterial, percebido na memória dos trabalhadores, nas relações estabelecidas com o espaço da fábrica, no cotidiano da produção e nas sociabilidades dentro e fora da indústria, incluindo os saberes, as rotinas de trabalho e as práticas diárias. Para realizar nossa reflexão utilizaremos entrevistas realizadas com os técnicos da Prefeitura de Contagem responsáveis pela gestão do patrimônio cultural no município e

⁴ Alguns autores citam o tombamento da Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, em Ouro Preto e ainda engenhos e demais sítios ligados à exploração do ouro como importantes representantes do patrimônio industrial no Brasil.

da análise do dossiê de tombamento, além de entrevistas com trabalhadores e atas do Conselho de Patrimônio local.

COMPANHIA CIMENTO *PORTLAND* ITAÚ: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE CONTAGEM

O município de Contagem faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujas fronteiras muitas vezes se confundem com as da capital, sendo essa proximidade um dos fatores que contribuiu para sua escolha para abrigar o primeiro parque industrial planejado de Minas Gerais. O projeto da Cidade Industrial teve início em 1938, com a desapropriação dos terrenos da região para sua implantação. A inauguração ocorreu em 1946, entretanto sua consolidação como importante polo da indústria só se daria nos anos de 1960. Construído em formato de um hexágono, baseado em um projeto da cidade de Camberra, na Austrália, tinha por objetivo racionalizar o trabalho industrial, concentrando várias fábricas em um mesmo espaço. Essa ocupação da área do hexágono, de acordo com Delsy Gonçalves de Paula (1994), atingiu sua capacidade total em 1966, com 105 indústrias em funcionamento.

A Companhia Cimento *Portland* Itaú⁵ foi a primeira fábrica a se instalar na Cidade Industrial Juventino Dias em 1941, antes mesmo da inauguração do Parque. A ideia original da empresa era implantar a indústria em São José da Lapa, na época distrito de Lagoa Santa-MG, onde estava a jazida de calcário, necessária para a produção de cimento. Entretanto, um acordo firmado com o Estado de Minas Gerais, facilitando a sua instalação na Cidade Industrial, viabilizou a implantação da Itaú em Contagem. O desafio de transportar a matéria-prima para a produção do cimento foi vencido com a construção de um teleférico ligando São José da Lapa à Contagem. Formado por uma estrutura de postes de concreto por onde passavam cabos de aço que sustentavam as caçambas, o teleférico transportava além do calcário, alimentos e, algumas vezes, servia de carona para os trabalhadores da fábrica e crianças que moravam na região. Hoje ainda há no município de Contagem, segundo dados da Prefeitura, cinquenta e dois postes que pertenceram ao teleférico da Itaú. No bairro Água Branca a principal via de trânsito

⁵ Segundo folheto *Cimento – conheça, construa e reforme melhor*, produzido pela Associação Brasileira de Cimento *Portland* (ABCO), em 1989, o termo “cimento *portland*” não é uma marca, mas o nome técnico do cimento. Foi batizado com esse nome, pois sua coloração lembra as cores das pedras da ilha de *Portland* na Inglaterra, muito usadas nas construções.

ganhou o nome de Avenida Teleférico e mantém alguns dos postes que sustentavam as caçambas da Itaú (POSTES..., 2012).

A implantação da Itaú movimentou a região, tornando-se oportunidade de emprego para diversos trabalhadores de Contagem, Belo Horizonte e outros municípios mineiros. Famílias inteiras se empregaram na construção da fábrica que se estendeu até 1945 e a maioria desses construtores foi absorvida como operários da Itaú. As dependências da Companhia se destacavam na paisagem da Cidade Industrial, com seus grandes galpões, fornos, um prédio administrativo em estilo *Art Déco* e as chaminés. A Itaú passou por ampliações ao longo da sua história. Inicialmente funcionava com apenas um forno e uma chaminé com aproximadamente cinquenta e sete metros de altura. Em 1949, 1954 e 1960 foram implantados mais três fornos e suas respectivas chaminés, aumentando sua capacidade produtiva.

No terreno da fábrica foi erguida uma vila operária para garantir a presença dos trabalhadores considerados “indispensáveis” à produção de cimento que se estendia pelas 24 horas do dia⁶. Senhor Rubens Moreira, trabalhador da Itaú, instalou-se inicialmente em quartos destinados aos solteiros, em uma área da fábrica e quando se casou, em 1954, a Itaú cedeu-lhe uma casa na Vila para que vivesse com a família, onde morou por cerca de vinte anos. Em sua entrevista, Sr. Rubens que era à época analista químico e encarregado de produção dos fornos evidenciou essa disponibilidade quase “total” dos funcionários da fábrica que viviam na Vila.

Eu mexia no laboratório também por causa do controle, de hora em hora, do que o moinho produz; teve noite da gente dormir com 70/100 caminhões esperando o cimento ficar pronto; é tanto que saía numa temperatura naquela época, é tanto que você não punha a mão num saco de cimento. Os homens lá da ensacadeira manuseavam os sacos, com plástico, luvas, por causa da alta temperatura, porque não tinha tempo pra esfriar (Sr. Rubens Moreira, 1999)⁷.

Magda de Almeida Neves (1994) argumenta que manter os operários próximos à indústria significava estabelecer um controle mais rígido, com vigilância constante sobre os operários e sua família, além de impor um estilo de vida aos indivíduos. Mas

⁶ Apenas duas indústrias ofereceram moradia para seus trabalhadores na Cidade Industrial: a Companhia Cimento *Portland* Itaú e a Magnesita.

⁷ Entrevista realizada com o senhor Rubens Moreira, em Contagem-MG, no dia 17 de março de 1999, pela historiadora Júlia Carolina da Cunha para o Dossiê de Tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento *Portland* Itaú.

segundo Halbwachs (1990) o lugar ocupado por um grupo não é um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos. Ele recebe a marca do grupo, e assim também o grupo é marcado por ele. Isto é, o lugar não se impõe ao sujeito, mas interage o tempo todo com as pessoas que vivem nele, constituindo um modo de vida e uma memória coletiva. Sendo assim, por mais que a fábrica tenha querido impor um estilo de vida na Vila, os moradores/operários interagiram com o espaço de formas diversas.

A Vila chegou a possuir duzentas e quarenta casas. Sua infraestrutura era completa e possuía clube, cinema, farmácia, armazém, capela, posto médico/dentário e um teatro. Além disso, foi criado um time de futebol dos operários, a banda de música Sociedade Musical Itaú e o Conjunto Musical Itaú, que animava os bailes realizados no clube (CONTAGEM, 1999). A Banda e seu desdobramento, o Conjunto Musical, foram criados pelo Sr. Davi Tavares e sua esposa Dona Pompéia. O Senhor Davi se mudou para a Vila quando ainda era solteiro. Estudava engenharia química, foi fazer um estágio na Itaú e acabou sendo contratado. Sua primeira atividade foi como chefe do laboratório da fábrica, passando a chefe de fabricação e depois subgerente técnico, quando saiu da fábrica em 1964, após doze anos de trabalho. Casou-se em 1954 e continuou morando na Vila com sua família, como ele e sua esposa gostavam de música decidiram montar a Banda, conforme ele relata:

E na realidade nós fizemos uma banda que num instantinho tomou conhecimento e começou a tomar parte efetiva na vida da Vila, né, nos jogos de futebol, nas festas, nas procissões, em tudo, né, festa do dia da indústria. É... essa banda foi formada uniformizada, minha mulher até que fez as camisas. [...] Da banda se formou um conjunto musical para bailes que ia abrilhantar os bailizinhos que a gente tinha lá dentro que eram muito bons. A banda se chamava Sociedade Musical Itaú. E isso vigorou de 1958 até abril de 1964, quando eu saí. Quando eu saí parece que não levaram a coisa prá frente e a coisa desandou (Sr. Davi Tavares)⁸.

É interessante observar nas entrevistas realizadas para o Dossiê de Tombamento⁹ que há uma memória positiva do “tempo da Vila”, uma identificação da Vila como uma família, como na fala do Sr. Rubens: “A Vila foi uma comunidade que a Itaú instalou,

⁸ Entrevista realizada com o senhor Davi Tavares, em Belo Horizonte-MG, no dia 24 de março de 1999, pela historiadora Júlia Carolina da Cunha para o Dossiê de Tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento *Portland* Itaú.

⁹ O Dossiê de Tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento *Portland* Itaú e as entrevistas podem ser consultados na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.

uma vida sensacional, era um povo muito associado ao outro, parecia uma família só”¹⁰. Dona Iara chega a afirmar que a integração com os vizinhos “era uma união perfeita”, o que tornava a criação dos filhos mais fácil, já que uns “olhavam” os filhos dos outros dentro da Vila¹¹. Outro aspecto que aparece nos depoimentos é uma continuidade nas relações entre as pessoas no ambiente de trabalho da fábrica e fora dela, como aponta o Sr. Davi Tavares: “Lá, a Vila era uma família, a gente sabia da vida de todo mundo, não é? Quer dizer, havia uma ligação muito forte entre a vida profissional e a vida pessoal, que a gente saía todo mundo do serviço, não é, sabia quem trabalhava de turno, todo mundo ali”¹². Apesar da identificação da Vila como uma família, essa proximidade levava muitas vezes a certa falta de privacidade, já que um sabia da vida, da rotina de trabalho e do lazer do outro.

Em relação à produção, a Companhia chegou a duzentas toneladas por dia e na década de 1960 foi a principal fornecedora de cimento para a construção de Brasília. Entre 1945 e 1973, a Itaú manteve constante as suas atividades produtivas até que começaram as reclamações e denúncias sobre a poluição provocada pela produção de cimento, espalhada pelas chaminés no ar de Contagem. Em 1954, a Prefeitura de Contagem já identificava a necessidade da instalação de filtros eletrostáticos para minimizar os efeitos da fumaça expelida pelas chaminés, que incomodava os moradores de bairros próximos como, Eldorado, JK, Industrial, Riacho, Monte Castelo, Inconfidentes, Amazonas e Jardim Califórnia, provocando a incidência de doenças respiratórias. No entanto, a fábrica se esquivava da instalação dos filtros e, em 1971, a Prefeitura voltou a pressionar a Companhia a instalar o equipamento, mas sem sucesso. Sem solucionar a questão da poluição da Itaú, a Prefeitura de Contagem, por meio do Decreto Municipal nº 1.326, de 05 de agosto de 1975, determinou o fechamento da fábrica até que fossem instalados e colocados em pleno funcionamento os filtros antipoluentes. A medida polêmica da Prefeitura encontrou apoio em moradores afetados pela poluição que saíram às ruas, em passeata, exigindo o cumprimento do decreto. A situação ganhou repercussão e foi

¹⁰ Entrevista realizada com o senhor Rubens Moreira, op. cit..

¹¹ Entrevista realizada com a senhora Iara Moreira, em Contagem-MG, no dia 17 de março de 1999, pela historiadora Júlia Carolina da Cunha para o Dossiê de Tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento *Portland* Itaú.

¹² Entrevista realizada com o senhor Davi Tavares, op. cit..

noticiada em jornais e revistas de grande circulação como na edição do Jornal do Brasil de 1975¹³.

Apesar de toda essa movimentação contra a poluição e o pó de cimento que a Itaú lançava no ar todos os dias, nas entrevistas isso aparece de forma minimizada. Sr. Rubens argumenta que a reclamação era da vizinhança e não dos trabalhadores e moradores da Vila. Ele afirma ainda que nunca viu um trabalhador parado por causa do cimento.

Eu cheguei em 19 de janeiro de 49. Vim de Matosinhos. E estou aqui até hoje. Aqui a prova que não constatei, sei lá, se o cimento fazia mal, pois estou aqui até hoje e eu trabalhei na fase mais intensa desse pó que era trabalhar com o início da arrastadora, debaixo do forno, onde era uma poeira tremenda, calor. Conheci muita gente da ensacaria, o José Martins, o Pernambuco antigo que veio da outra fábrica e foi encarregado. Viviam todos sujos de cimento, como muitos empregados que trabalharam 20, 30 anos. Nunca houve ninguém parado por conta do cimento. Eu acho que a maior implicação por conta do cimento, era dos bairros vizinhos, principalmente o J.K., o mais próximo (Sr. Rubens Moreira)¹⁴.

A fala de Dona Iara Moreira, esposa do Sr. Rubens remete a uma memória delicada do período. Ela se utiliza da lembrança da beleza das flores do seu jardim para contrapor o argumento da poluição provocada pelo pó cimento.

Nossa casa também tinha um jardim muito bonito, né? Tenho um compadre que ele, toda a vida, gostava mais de flor que a minha comadre. Então, toda vez que ele ia lá em casa a gente pegava assim, um botão de rosa bem bonito e dava. Pra você ver que o cimento não fazia mal à planta, aí tava a maior prova, né? [...].

Às vezes sujava tudo, você jogava água pra molhar e pronto. Tinha que varrer sequinho, apanhar, às vezes era com pá. O cimento não podia servir de adubo porque às vezes a gente lavava e caia tanto pó que ele criava aquela casca dura em cima da terra. Aí, cê tinha que quebrar aquilo (risos). Mas não prejudicava não (D. Iara Moreira)¹⁵.

Dona Iara Moreira foi quebrando o cimento de seu jardim para que suas flores não morressem e a Companhia foi driblando o Decreto Municipal e mantendo suas atividades até 1988, quando foi desativada. Entre 1975 e 1988, as atividades da fábrica

¹³ Sobre o fechamento da Companhia Cimento *Portland* Itaú consultar: GUIMARÃES FILHO, Tito (org.). *Dossiê Itaú: a fumaça assassina*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

¹⁴ Entrevista realizada com o senhor Rubens Moreira, op. cit..

¹⁵ Entrevista realizada com a senhora Iara Moreira, op. cit..

foram sendo reduzidas gradativamente até o seu fechamento, como afirma Senhor Rubens:

Com o tempo uns foram saindo, antes, agora no final. A fábrica parou antes, né? se fosse assim, de momento, Nossa Senhora! A fábrica foi parando, foi parando aos poucos, tem mais de dez anos. Em 84, eu já não estava lá mais. Vinha clínquer de Itaú de Minas, ela moía e soltava cimento. O cimento ela soltou até 1988. Mas em 1984 ela já não produzia mais, já não vinha mais pedra, já não tinha a safra própria, só a moagem de cimento, nos últimos quatro, cinco anos (Sr. Rubens Moreira)¹⁶.

As razões para o encerramento da produção da Itaú estão relacionadas aos problemas ambientais causados pela empresa e que passaram a ser tratados com mais rigor pela legislação federal, estadual e municipal, além de fatores econômicos. O transporte de calcário de São José da Lapa para Contagem passou a ser uma atividade onerosa e a técnica utilizada na fabricação do cimento estava ultrapassada, pouco competitiva para o mercado na década de 1980.

Após 1988, a Itaú permaneceu fechada, sem utilização, até a sua implosão em 1998 para construção de um complexo comercial. Foi no momento em que se noticiava a construção de um *shopping* na área onde havia funcionado a Companhia de Cimento que a equipe responsável pelo patrimônio cultural da Prefeitura de Contagem intensificou o trabalho para inventariar e, possivelmente, tombar a estrutura da fábrica desativada. Conforme Silvia, ex-técnica da Prefeitura de Contagem que trabalhou no processo de tombamento da Itaú, afirmou, “a possível demolição das chaminés para a construção do *shopping* fez o seu tombamento ser urgente”¹⁷.

A afirmação da ex-servidora da Prefeitura exemplifica o que José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) definiu como a “retórica da perda” e que, segundo o autor, pautou boa parte das iniciativas de proteção do patrimônio no Brasil. Para o autor,

¹⁶ Entrevista realizada com o senhor Rubens Moreira, op. cit..

¹⁷ Entrevista realizada com ex-técnica da Prefeitura de Contagem que trabalhou no processo de tombamento da Itaú, em Contagem-MG, no dia 16 de abril de 2012 pelo pesquisador Adebald de Andrade Júnior. Trechos das entrevistas e análises podem ser consultados em: ANDRADE JÚNIOR, Adebald de. *Patrimônio cultural de Contagem - MG: objetos, práticas e sentidos do tombamento*. 2013. 147f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Como alguns técnicos entrevistados ainda trabalham em setores da Prefeitura Municipal de Contagem ou na Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural, onde o pesquisador também atuava optou-se por utilizar nomes fictícios, pois os depoimentos traziam informações que poderiam causar constrangimentos aos participantes e no exercício das atividades profissionais.

edificações envolvidas em um processo de desaparecimento e que, ao mesmo tempo, permitem a reconstrução de um contexto passado de interesse histórico ou cultural são transformados em patrimônios culturais, “concebidos nos termos de uma imaginária e originária unidade, onde estariam presentes atributos tais como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade” (GONÇALVES, 1996, p. 25).

O dossiê elaborado para o tombamento das chaminés e do prédio administrativo da Itaú argumenta que a preservação das edificações significa ampliar a noção de patrimônio, pois possibilitava recuperar a memória industrial de Contagem e ultrapassar o passado colonial, já que até então todos os tombamentos realizados pela equipe técnica fazia referência à história colonial do município (CONTAGEM, 1999)¹⁸. O documento aponta os bens como referências simbólicas de uma memória que identifica Contagem (CONTAGEM, 1999). Portanto, o dossiê apresenta as edificações como um todo coerente e com atributos de objetividade capazes de apresentar ou representar o contexto industrial de Contagem a partir da implantação da Cidade Industrial¹⁹.

Os técnicos do patrimônio da Prefeitura de Contagem iniciaram os trabalhos de pesquisa para identificar o que deveria ser preservado da antiga fábrica Itaú em 1998, meses antes da demolição. Silvia informou que o desejo inicial era transformar as instalações da indústria em um grande centro cultural²⁰. Segundo informações prestadas pela entrevistada, as chaminés eram vistas pelo empreendedor como um recurso para a publicidade e *marketing* do *shopping*. O dossiê também afirma que as chaminés estavam inseridas no projeto como um elemento de composição temática do futuro empreendimento comercial (CONTAGEM, 1999). Portanto, podemos inferir das informações que o responsável pela implantação do complexo comercial, pretendia manter as chaminés e o prédio administrativo que está fora da área que foi edificada.

¹⁸ Até 1998 as ações de proteção do patrimônio em Contagem haviam tombado o Parque Municipal Gentil Diniz (Casarão colonial do séc. XIX e sua área verde); Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho (conjunto formado por três casas, uma do final do século XIX e duas do início do século XX) e a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (casarão colonial do séc. XVIII).

¹⁹ No final da década de 1990 os técnicos do setor de patrimônio da Prefeitura inventariavam estruturas arquitetônicas de empresas sediadas na Cidade Industrial como, a Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., a Companhia Têxtil Santa Elisabete, a LAFERSA – Laminação de ferro S.A. e a Cia. Industrial de Estamparia. Confirmando a ampliação da noção de patrimônio e das ações para preservação da memória de Contagem.

²⁰ Entrevista realizada com ex-técnica da Prefeitura de Contagem, op. cit..

Entretanto, os entrevistados afirmam que houve muitos conflitos entre os técnicos da Prefeitura e o empreendedor até a definição do que seria mantido da Itaú.

A equipe responsável pelo dossiê temia que as chaminés se tornassem apenas um instrumento de *marketing* do novo complexo comercial. Os técnicos propunham a implantação de uma praça no entorno das edificações na qual poderiam ser realizadas atividades culturais, conforme afirmou Joana, técnica responsável pelo dossiê de tombamento²¹. Para implantar a praça era necessário suprimir algumas vagas de estacionamento do projeto original, mas o empreendedor considerava a medida desnecessária e prejudicial para o centro comercial. Em um parecer técnico elaborado pela equipe da Prefeitura, foi argumentado que o espaço deveria ser adaptado com critério, visando sua devida valorização e ocupação para, dessa forma, tornar-se uma ação significativa na preservação da memória de Contagem (CONTAGEM, 1999).

O Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (COMPAC), segundo os técnicos entrevistados, negociava com o empreendedor no sentido de demonstrar a necessidade não só de preservar, mas também de criar condições para a apropriação do lugar pelos frequentadores do local. Portanto, conforme informado na entrevista com a secretária do Conselho, “o COMPAC comprou uma briga grande com o interesse econômico para preservar a Itaú”²².

O resultado final do processo foi o tombamento das quatro chaminés e do prédio administrativo da antiga Itaú pelo Decreto Municipal nº 10.186, de 17 de junho de 1999, garantindo a praça no entorno das chaminés. O COMPAC apontou o tombamento como um avanço nas noções de patrimônio e memória, pois segundo o parecer do Conselho tomba esses bens era reconhecer as múltiplas dimensões da cultura da cidade (CONTAGEM, 1999). Além disso, afirmava que o patrimônio não era apenas aquilo que ficou congelado, mas que as transformações sofridas pela cidade também eram referências culturais relevantes (CONTAGEM, 1999). Outro argumento presente no parecer refere-se a um caminho aberto a partir do tombamento para a valorização do perfil industrial de Contagem, bem como a sua diversidade cultural e suas particularidades

²¹ Entrevista realizada com técnica da Prefeitura de Contagem que trabalhou no processo de tombamento da Itaú, em Contagem-MG, no dia 20 de novembro de 2012 pelo pesquisador Adebald de Andrade Júnior.

²² Entrevista realizada com a secretária do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (COMPAC), em Contagem-MG, no dia 15 de abril de 2012 pelo pesquisador Adebald de Andrade Júnior.

(CONTAGEM, 1999). Nota-se que o parecer do COMPAC justifica o tombamento, apontando que ele representa um novo direcionamento nas ações de proteção do patrimônio na cidade, reconhecendo outras memórias para além do passado colonial e cujos exemplares haviam sido tombados como patrimônio cultural da cidade.

A implantação da Cidade Industrial trouxe transformações urbanas para a cidade e construiu uma das faces da história de Contagem. A industrialização, elemento compreendido como uma ameaça ao passado colonial de Contagem traçou uma trajetória que a tornou marco identitário do município. Fazendo com que a administração pública municipal décadas depois da instalação da Cidade Industrial desenvolvesse o interesse em preservar os seus elementos significativos, reconhecendo sua importância para a compreensão das particularidades da história da cidade que transita entre o universo do século XVIII, em função da sua origem, e o contexto de cidade industrial planejada, conforme argumentado no parecer do COMPAC para o tombamento das chaminés e do prédio administrativo da Companhia Cimento *Portland* Itaú.

Aspecto interessante desse tombamento é o fato do prédio administrativo da Companhia ter papel secundário no processo. O dossiê ressalta a sua importância estética, destacando seu estilo *Art Déco* e seu simbolismo para a memória da indústria (CONTAGEM, 1999), mas nas entrevistas os sujeitos tratavam do assunto como se o processo fosse somente sobre as chaminés. Talvez isso seja proveniente ao fato do prédio estar fora da área pretendida para a construção do complexo comercial e, portanto, distante da ameaça de destruição, além de não ser o motivador das disputas que cercaram esse tombamento.

Embora tenham sido tombadas as quatro chaminés e o prédio administrativo da antiga Companhia *Portland* Itaú, o parecer do COMPAC e as entrevistas com os responsáveis pela preservação apontam o resultado do tombamento como uma derrota. Duas questões parecem motivar o sentimento derrotista. A primeira refere-se ao desejo de conservar para além do que foi tombado. Havia o interesse em se preservar o galpão da indústria e talvez o maquinário, além das casas da Vila Operária ou parte delas, transformando o espaço em um centro cultural, mas isso não foi concretizado e o imóvel foi destinado para fins comerciais. Isso pode ser observado nas entrevistas com antigos trabalhadores da Itaú, realizadas para o Dossiê, cujo foco foi principalmente o modo de vida e o cotidiano da Vila. A segunda está relacionada ao fato do empreendedor, após a inauguração do complexo comercial, não ter realizado eventos culturais na praça

constituída no entorno das chaminés. Conforme Joana, uma das técnicas responsáveis pelo dossiê²³, afirmou, o único evento planejado para a praça, que conta com um palco, teve de ser vetado pelo COMPAC, pois ameaçava a integridade das edificações, uma vez que a ação pretendia montar um equipamento de rapel para os interessados escalam os mais de cinquenta metros das chaminés.

Até o tombamento das estruturas remanescentes da Companhia Itaú, somente edificações públicas ou pertencentes à Igreja Católica haviam sido tombadas em Contagem. As chaminés e o prédio da *Portland* Itaú foram os primeiros bens particulares tombados e também aqueles em que os conflitos e disputas, tão frequentes no campo do patrimônio cultural, estiveram presentes durante o desenvolvimento do processo. Nas entrevistas realizadas com os técnicos responsáveis pelo dossiê, todos afirmaram que a elaboração do documento consumiu nove meses de trabalho e asseguraram que esse foi o tombamento mais difícil de ser concretizado.

Por fim, o tombamento das chaminés e do prédio administrativo da Itaú, conforme podemos inferir do parecer do COMPAC, é a objetificação da memória dos trabalhadores e ao mesmo tempo é um produtor de certa memória sobre esses sujeitos. Contudo, são parciais e incompletas, conforme podemos perceber avaliando a vida desses trabalhadores na Vila e no dia-a-dia da fábrica. Nesse sentido, o tombamento promoveu a simplificação da realidade dos trabalhadores da Itaú a partir da seleção de elementos marcantes da estrutura física da Companhia, estabelecendo contornos bem delimitados para as memórias desses homens e mulheres. Mas também projetou modelos de referência e representações sobre os operários da Itaú, sempre desigualmente partilhadas pelos grupos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JÚNIOR, Adebald de. *Patrimônio cultural de Contagem - MG: objetos, práticas e sentidos do tombamento*. 2013. 147f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

História Cultural

²³ Entrevista realizada com técnica da Prefeitura de Contagem, op. cit..

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Dossiê de tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento Portland Itaú*. Contagem: Superintendência de Cultura, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES DE PAULA, Delsy. *No labirinto das minas – a modernidade postergada*. 1994. 107f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MELLO E SILVA, Leonardo. Patrimônio industrial: passado e presente. In: *Revista eletrônico do IPHAN - Dossiê herança industrial*, n.4, mar./abr. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=530>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial: memória, acervos e cidade. In: CASAGRANDE DE PAULA, Zuleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. (Orgs.). *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

POSTES do teleférico da antiga fábrica de cimento *Portland Itaú*. *Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História*, Contagem, ago. 2012.

